

A contribuição da Escola para a emancipação das mulheres

Ana Paula Canotilho*

Neuza Farias Araujo**

Sandra Mara Tabosa de Oliveira***

Resumo:

A educação constitui uma temática relevante para pensar a igualdade de gênero. Na problemática educacional, ganha especial relevo a escola onde se exercem pressões contraditórias, quer no sentido da transformação social, quer na direção oposta, isto é, do reforço e reprodução das desigualdades. Este artigo focar-se-á em algumas questões do foro educacional relevantes para refletir sobre as possibilidades e constrangimentos no acesso das mulheres aos cargos de decisão e às estruturas de democracia formal. Assim, abordaremos algumas das questões relativas às formas pelas quais a educação escolar tem contribuído para o avanço da igualdade entre rapazes e raparigas, equacionando algumas dimensões em que a escola ainda reproduz a desigualdade, não realizando uma verdadeira coeducação e, de alguma forma, contribuindo para a perpetuação da invisibilidade das mulheres na esfera pública.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Invisibilidade.

* Professora do Agrupamento de Escolas de Águas Santas – Portugal. Doutoranda em Ciências da Educação, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. apcanotilho@gmail.com

** Pós-Doutora em Gênero e Economia do Trabalho pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto Portugal. Doutora em Sociologia Política pela (UNIVERSITÉ DENIS- DIDEROT – PARIS VII) França. Atualmente leciona disciplina sobre Turismo Trabalho e Gênero no Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade de Brasília. Desenvolve pesquisa nas áreas de Gerações Turismo e Gênero com a participação de estudantes da graduação e Pós-graduação em Turismo da Universidade de Brasília. neuza@unb.br

*** Mestranda em Turismo, Centro de Excelência em Turismo – Universidade de Brasília. Atualmente. E é Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB. sandra.oliveira@ifb.edu.br

The contribution of School towards women's emancipation

Abstract

Education is an important area in which further thought can be given to gender equality. In what regards the educational problems, special importance is given to the school in which contradictory pressures are imposed, be it in the sense of social transformation, or be it in the opposite direction, that is, strengthening and reproducing inequalities. This article will focus on some relevant educational issues to reflect on the possibilities and constraints concerning women's access to decision-making positions and structures of formal democracy. So, we will discuss some of the issues relating them to the ways in which education has contributed to the advancement of equality between boys and girls and equating some dimensions in which the school still reproduces inequality, does not offer true coeducation and contributes, somehow, to perpetuate the invisibility of women in the public sphere.

Keywords: Education. Gender. Invisibility.

La contribución de la Escuela para la emancipación de las mujeres

Resumen

La educación es una temática importante para pensar la igualdad de género. En la problemática educativa, gana especial importancia la escuela donde se ejercen presiones contradictorias, tanto en el sentido de la transformación social, como en dirección opuesta, es decir, el fortalecimiento y la reproducción de las desigualdades. Este artículo se centrará en algunas cuestiones del foro educativo relevantes para reflejar sobre las posibilidades y las limitaciones en el acceso de las mujeres a puestos decisorios y a las estructuras de la democracia formal. Así que abordaremos algunas de las cuestiones relativas a las formas en que la educación ha contribuido al avance de la igualdad entre chicos y chicas, planteando algunas dimensiones en las que la escuela todavía reproduce la desigualdad, no realiza una verdadera coeducación y, de alguna manera, contribuye a perpetuar la invisibilidad de las mujeres en la esfera pública.

Palabras clave: Educación. Género. Invisibilidad.

A contribuição da Escola para a emancipação das mulheres

A escola tem contribuído para que as mulheres tenham acesso ao mercado de trabalho, na esfera pública, dando-lhes credenciais, todavia, com iguais credenciais, as mulheres obtêm lugares inferiores aos homens na hierarquia social.

Apesar de, em Portugal, algumas autoras argumentarem que houve movimento feminista, “heterogéneo e constituído por organizações frágeis e efémeras, com base numa conceção alargada de movimento social, que foge das conceções tradicionais assentes ou na estratégia, ou na procura de identidade, ou no comportamento coletivo” (MAGALHÃES, 1998, p.94), a educação e a escola não foram logo a seguir ao 25 de Abril o alvo fundamental do movimento. No entanto, hoje, a escola passa a ser um espaço crucial para a construção democrática da cidadania feminina, pois pode remover as barreiras de uma estrutura social fundamentada num elevado grau de desigualdade de género.

Apesar da mudança estrutural representada pela entrada das mulheres nos diversos setores do mundo do trabalho e das revoltas sociais em favor da desigualdade social, a discriminação sexual continua, assim como a continuação da sobrecarga das tarefas domésticas e do cuidar por parte das mulheres na família, originando formas de uma cidadania mitigada de mulheres como esposas de cidadãos, reduzindo-as à esfera do privado e as excluindo do direito de participarem na vida pública.

Porém, esta situação corresponde a uma visão restrita e parcial porque se omitem as grandes transformações ocorridas, representando uma clivagem, um desfazimento em relação à dinâmica das sociedades contemporâneas onde as mulheres estão presentes nos vários setores da vida científica, económica, e ainda participam na vida política.

No Conselho de Ministros há vinte e nove anos, (3 de Junho de 1985) foi proposto uma repartição equilibrada de postos ocupados entre responsáveis femininos e masculinos do processo educativo “(...) encorajando a

repartição equilibrada dos cargos ocupados por homens e mulheres no sistema educativo”. Altera visivelmente a situação das mulheres – no que diz respeito à diminuição das desigualdades salariais entre possuidores/as de igual diploma, a uma menor segregação sexual no trabalho e a uma maior visibilidade feminina na promoção profissional – pode ser objetivo da escola, pois a discriminação contra as mulheres é feita, tanto na liderança dos partidos políticos, no parlamento, como, de um modo geral, em todas as instâncias de representação e de poder políticos. A internacionalização dessas questões fará com que haja uma melhor partilha de tarefas e responsabilidades nas duas esferas, visando à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, na perspectiva da igualdade de género; “ (...) em Portugal, a problemática do género e da igualdade entre sexos tem andado arredada dos curricula universitários e dos estudos superiores (...) têm sido esporádicas e limitadas a um ou outro setor as ações de formação nesta área” (SILVA, 2000, p.50)

A Coeducação

Fernanda Henriques e Teresa Pinto (2002) fazem um balanço das questões da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens na educação e constataam que, apesar dos Planos para a Igualdade, no setor da educação ainda há muita coisa a fazer e, o que é mais grave, é que os diferentes ministérios da educação não têm assumido a igualdade nas políticas. Não têm dado diretivas para a elaboração dos manuais, nos quais é quase total a ausência de informação relevante sobre as mulheres. Elza Pais (2009) refere que

[d]esde os anos 70 que Recomendações, Planos de Ação e outros instrumentos emanados das Nações Unidas, do Conselho da Europa e da União Europeia insistem na necessidade imperiosa de eliminação das imagens estereotipadas do ponto de vista de género que permanecem, de forma mais ou menos explícita, nos diversos produtos pedagógicos e, em especial, nos manuais escolares”(p.7).

Esta investigadora considera que “Portugal tem correspondido aos compromissos assumidos no domínio da igualdade entre homens e mulheres através da apro-

vação e a implementação dos Planos Nacionais para a Igualdade (PNI), os quais têm contemplado um conjunto de medidas destinadas à educação e, nesta, às editoras e outros agentes intervenientes na produção de manuais escolares e de outros produtos educativos” (idem). Verificamos que no III (PNI 2007-2010) prevê a concretização das recentes orientações nacionais que dizem respeito à integração da igualdade entre homens e a mulheres e à promoção da igualdade de género nos critérios de avaliação e certificação dos manuais escolares.

O V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-discriminação (2014-2017) pretende dar cumprimento ao Pacto Europeu para a Igualdade entre homens e mulheres (2011-2020), e às prioridades definidas pelo que constitui o programa de trabalho da Comissão Europeia na Estratégias para a Igualdade entre homens e mulheres (2010-2015). De salientar que, neste XIX Governo Constitucional, existe um número reduzido de mulheres, em catorze ministros/as, três mulheres. Em relação aos/as Secretários/as de Estado em quarenta e um, cinco são mulheres. No Guião sobre Educação, Género e Cidadania, Teresa Pinto (2009) está plasmada que a promoção da igualdade de género e do empoderamento das mulheres constitui, não só um dos oito Objetivos do Milénio, (...) como um princípio fundamental na concretização de todos os objetivos¹,

Este V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não -discriminação (PNIGCND 2014-2017) visa o reforço da promoção da igualdade em todas as áreas de governação e inclui uma forte componente de transversalização da dimensão de género na atividade de todos os ministérios. Refere a importância da linguagem visual e escrita como determinante para que se dê igual estatuto e visibilidade ao feminino e ao masculino nos documentos produzidos, editados e distribuídos. Verificamos o Portal do Governo e as questões de género são inexistentes, uma vez que a visibilidade é dada exclusivamente aos homens, como se pode comprovar no documento publicado “Combate à desigualdade Social”. Na realidade, quer textos quer ilustrações ignoram quase todas as questões ligadas às mulheres e ao seu contributo social ou fazem-no aludindo apenas nas suas funções de mães, restringindo-as à sua participação na vida familiar. A lin-

guagem é o meio através do qual as distorções sexistas mais se perpetuam e onde é corrente o uso de expressões valorativas segundo o modelo masculino. Nesta problemática, os manuais escolares desempenham um importante papel pelo facto de continuarem a manter os estereótipos e a transmitir uma realidade social dicotómica em termos de género que já nem sequer corresponde à situação social vivenciada pelas pessoas.

Neste sentido, são urgentes mudanças, os governos não podem elaborar programas de acordo com as diretivas europeias, não as cumprirem e, em relação à elaboração dos manuais escolares, como em todos os materiais pedagógicos, é necessário evitar a ideia de que o papel das mulheres é pontual, contribuindo para fornecer modelos diversificados de mulheres e homens, para que o ensino se traduza em sucesso educativo.

Na sequência deste assunto, podemos colocar uma questão de base: que mecanismos tem uma sociedade como a nossa para verificar e exigir que os “Planos para a Igualdade” não se fiquem por mera retórica? Mais ainda, na medida em que as novas formas de relações sociais de género são fatores de discriminação e de exclusão social, para além da definição de “Planos para a Igualdade”, torna-se premente a sua avaliação, de uma forma séria, ou seja, a verificação se foram ou não implementadas corretamente e os resultados obtidos, as políticas aí estabelecidas e se não houve omissão na sua execução. No entanto, “Portugal encontra-se vinculado a inúmeros documentos que têm vindo a ser dotados, sobretudo a partir da década de 1970 e 1980, a nível internacional, quer na ONU, quer no Conselho da Europa e na União Europeia” (Pinto, 2000, p. 153-154), sendo crucial conhecer até que ponto têm sido concretizadas.

Virgínia Ferreira (2002) refere-se à *não construção da consciência do papel determinante das relações sociais de género nas condições da vida social, que atribui à ausência de movimentos autónomos de mulheres que reivindiquem e, à falta de hábitos de debate sobre as questões feministas. Estas questões estão diretamente ligadas a uma cultura escolar e social baseada em modelos masculinos que é preciso ultrapassar, uma vez que as escolas e as universidades têm mais raparigas que rapazes e o sucesso*

é maior nas raparigas. No entanto, apesar do ensino superior ser frequentado por uma maior percentagem de jovens mulheres que apresentam taxas mais elevadas de sucesso estes factos não têm tido impacto relevante no mundo laboral. Como afirma Lúcia Amâncio, “o aumento das qualificações das mulheres e a feminização de muitas profissões masculinas não constituem, só por si, condições suficientes para a mudança nas relações de género” (Amâncio, 2002, p.65).

Como não há mudanças significativas ao nível do sistema, muitas não têm sequer consciência das situações de discriminação de que são alvo e, as que têm essa consciência não sabem muitas vezes como transformá-la em ações para a mudança social.

No entanto, o “princípio *maistrearning* exige que as questões de género e da igualdade de oportunidades sejam integradas de forma transversal em todas as políticas, a nível nacional e sectorial” (Pinto, 2000, p.158) e a educação é uma área fundamental destas políticas.

Luísa Saavedra analisa a legislação e refere, a este propósito, que:

A coeducação é explicitamente considerada uma forma de educação que pode contribuir para a eliminação de papéis de género, descubre ainda, a questão das diferenças de poder entre os sexos (...) ausência de qualquer referência à heterogeneidade da categoria «género» (SAAVEDRA, 2001, p.270).

Na Lei de Bases do Sistema educativo, Lei nº49/2005 de 30 de Agosto, existe um discurso de igualdade omissa, sendo a temática da igualdade abordada numa só alínea, a alínea j) do artigo 3º. “Assegurar a igualdade de oportunidades para ambos os sexos, nomeadamente através das práticas de coeducação e de orientação escolar e profissional, e sensibilizar, para o efeito, o conjunto dos intervenientes no processo educativo”². Esta alínea mantém-se inalterável desde a LBSE nº46/86 de 14 de Outubro.

Madeleine Arnot (2003)³ refere que a educação pode dar poder a algumas/uns mas também pode criar mecanismos para tirar o poder a outras/os. A distribuição do

acesso é defendida pelas feministas como algo que deve ir para além da educação para todos/as.

Em contexto escolar há um novo espaço político ou pedagógico que emerge à volta da Educação para a Cidadania, mas que nem todas as escolas a têm como oferta de estabelecimento, em que os respetivos normativos orientam no sentido que esta disciplina se possa constituir um espaço para trabalhar as questões de igualdade. No contexto desta disciplina, não só as questões de género que podem ser tratadas mas também os outros eixos de desigualdade como a etnia, classe social, capacidade, etc. Também as questões do reconhecimento das identidades das raparigas e das mulheres podem ter aqui lugar privilegiado para que se tornem visíveis e sejam valorizados os seus contributos para a sociedade. Daí a importância de alargar a noção de cidadania para desafiar as premissas da democracia neoliberal.

De um ponto de vista feminista, seria importante trabalhar nas escolas a forma como as imagens sociais e representações ainda muito assentes nos estereótipos perpetuam constrangimentos e limitações às vidas das mulheres e raparigas. Na investigação feita por Madeleine Arnot, em Portugal, mostrou que as mulheres são vistas como não tendo grande impacto na esfera pública, embora consideradas aí como competentes, eficientes, competitivas e solidárias, mas não poderosas, havendo uma natural divisão entre o feminino e o masculino (ver também Araújo 2005). As feministas defendem que, por detrás, existe uma hegemonia heterossexual, sendo a política sexual uma das áreas de mudança. O currículo não faz referência aos novos padrões na organização dos quotidianos familiares e sociais. Os temas considerados polémicos e que podem gerar controvérsia são habitualmente retirados, ou seja, é constituída uma educação para a cidadania sem gerar controvérsias, transmitindo às/aos discentes uma imagem estática e normativa da sociedade e da cidadania.

Uma outra questão importante a tratar nos currículos, consiste na importância da aproximação por parte das mulheres às estruturas de decisão, no sentido de um maior equilíbrio, e também, esperamos, da promoção de medidas específicas no domínio da

igualdade de oportunidades integrando as perceções de género, no exercício feminino.

De facto, quando estudamos as questões de género e o seu desenvolvimento, segundo Teresa Trigueiros e colegas:

englobamos todas as expectativas culturais, associadas à masculinidade e à feminilidade, que ultrapassam o âmbito das diferenças biológicas de sexo e representam uma conceptualização mais complexa do que a dos papéis de sexo. Deste modo, os papéis de género abarcam a intrincada mescla de comportamentos sociais e psicológicos, atitudes, normas e valores a que a sociedade dá o nome de masculino e feminino. (LIPMAN-BLUMEN, apud TRIGUEIROS et.al, 1999, p.10).

A dificuldade de as mulheres não se submeterem ao modelo dominante masculino acontece na medida em que elas são levadas a compararem-se coletivamente com os homens, assimilando os seus valores dominantes. Segundo estas autoras “a procura da distintividade individual ou a defesa de uma autoestima positiva é, em certos casos, um dos elementos significantes que pode ocupar a posição de efeito, mas nunca a causa” (ibid,p.159). Num caso de desigualdade, os grupos minoritários são tolerados e mantidas na sociedade dominante, embora essa aceitação aconteça através de uma posição de sujeição que permitirá a sua presença funcional e a sua exploração pela sociedade, enquanto na exclusão o grupo já não é tolerado e a convivência é impossível, razão pela qual serão expulsos ou eliminados, pois não se situam dentro do que é estabelecido como sendo “norma”. Pretende-se dimensionar a cidadania como uma vivência transversal de forma a promover o desenvolvimento pessoal, visando caminhar para uma “Escola de Sucesso” para um ensino e maior qualidade, fomentando a reflexão. Segundo Helena Araújo (2002), muitos/as autores/as têm realçado a importância da igualdade e oportunidades no sucesso escolar, como forma de promover as potencialidades da escola face à concretização da igualdade de oportunidades, incluindo, mais recentemente, a igualdade de oportunidades de género

A educação é um instrumento fundamental para que as novas gerações tenham conceitos mais aprofunda-

dos de cidadanias. A escola não pode ser indiferente à diversidade em termos de género, de etnia, de língua, de religião e de cultura de alunos e alunas no que diz respeito à origem social. A igualdade de oportunidades não é efetivamente considerada uma meta educativa, porque se os princípios gerais não esquecem o desenvolvimento o desenvolvimento da capacidade e autonomia dos/as alunos/as, por outro lado, a estrutura curricular e os programas disciplinares sobrecarregados não permitem à escola organizar-se de modo a responder aos desafios da vida e da integração.

Invisibilidade das mulheres na esfera Publica

A educação pode desempenhar um papel crucial na invisibilidade das mulheres na esfera pública promovendo formas de visibilização e valorização do seu contributo social. E é neste sentido que orientam as normas e diretivas do direito nacional e internacional público. A este propósito é de realçar alguns dos princípios estabelecidos pela Declaração de Beijing, da Plataforma de Pequim:

A autonomia, afirmação e acesso ao poder e progresso das mulheres, incluindo o direito à liberdade de pensamento, consciência, religião e crença, contribuindo assim para as necessidades morais, éticas, espirituais e intelectuais das mulheres e dos homens, individualmente ou em comunidades com outros, garantindo-lhes assim a possibilidade de alcançarem todo o seu potencial em sociedade e de construir as suas vidas de acordo com as suas aspirações próprias (nº12 da Declaração de Beijing).

Em Portugal, a presença das mulheres na vida pública evidencia que nos encontramos numa sociedade mista, sem discriminação sexual jurídica, mas o acesso feminino ao mundo da atividade política, da produção artística e das manifestações culturais, nos mais variados aspetos, está ainda longe de complementar suficientemente a maneira masculina de abordar e desempenhar essas atividades” ligadas às representações sociais e às ideológicas que definem os papéis femininos e masculinos, segundo uma norma que atribui aos primeiros a responsabilização e aos segundos a coadjuvação pelo trabalho doméstico” (Ferreira,2002,p.11). É preciso conseguir, no

interior do lar e na escola, uma educação e valorização do homem para a partilha de tarefas e a institucionalização de estruturas laborais que permitam à mulher manter-se profissionalmente no ativo, não podendo esperar que:

Se produza exclusivamente ao nível da micro política e das interações entre mulheres e homens já que a sociedade se estrutura em torno do princípio da desigualdade ao nível do funcionamento das instituições e da organização da vida social e política (IBID, 2002, p.11).

A discriminação tem como consequência o subaproveitamento das potencialidades das mulheres, desperdiçando recursos humanos válidos e indispensáveis para o desenvolvimento e fortalecimento da sociedade.

Os estereótipos, as imagens e as atitudes relativamente às mulheres são obstáculos à igualdade e poderão ser eliminados através da educação formal e não formal, meios de comunicação social, organizações não governamentais, programas de partidos políticos e promoção de atividades de investigação para identificar e desmontar as práticas discriminatórias tanto em publicidade como nos manuais escolares que “põem a descoberto as imagens tradicionais, os estereótipos, a existência de relações assimétricas de gênero que transmitem” (Araujo, 2002, p.117).

Muitos dos direitos de não discriminação da mulher no âmbito político, profissional, social e cultural mantêm-se só no papel e, só por si, não têm força suficiente para contrariar vontades ou realidades diferentes.

Também a classe social é um sistema de desigualdade e tal como a cidadania pode estar baseada num conjunto de ideias, crenças e valores. A cidadania torna-se, ela mesma, um fator de desigualdades sociais legitimadas, os direitos sociais são vitais numa sociedade que é hierarquizada, mas que fomenta as desigualdades. Só a agência política ativa das mulheres pode conseguir que políticas feministas sejam executadas, Para Pateman (1992), uma cidadania genuinamente democrática sig-

nifica que ambos os sexos são cidadãos plenos de igual valor para homens e mulheres.

Ana Bettencourt, Joana Campos, Lourdes Fragateiro, citando Madalena Barbosa, referem que é necessário uma maior participação das mulheres na tomada de decisão já que é inaceitável:

um mundo ocidental que se pretende campeão da democracia, vedando ao mesmo tempo às mulheres, como a outros grupos sociais e étnicos, o acesso ao poder e à tomada de decisão em campos fundamentais para a vida das sociedades como a política, a economia e o desenvolvimento. Critica-se o mundo islâmico pelo papel secundário e subjugado que confere às mulheres, mas, de facto o mundo ocidental resiste obstinadamente a aceitar mulheres nas esferas de poder (BARBOSA, 1999, p. 20).

A sub-representação das mulheres no exercício do poder político terá por base a falta de fiscalização na aplicação prática da Constituição e a falta de vontade política, sendo necessárias mudanças de atitude, quer de homens, quer de mulheres, uma vez que a promulgação e vigência das leis não se tornou eficaz por si só.

Por outro lado, a falta de infraestruturas e os baixos salários das mulheres trabalhadoras, a desigualdade em relação às quotas de acesso parlamentar, os recursos financeiros, o desconhecimento acerca das oportunidades ao seu alcance, o direito à outra gestão do tempo, o direito à informação e ao lazer e o conhecimento sobre os seus próprios direitos são fatores impeditivos de uma maior presença de mulheres nos postos de decisão e no poder.

Uma conceção inclusiva de cidadania assente na igualdade de todos os homens e mulheres perante a lei, mas, mais do que um valor jurídico, torna-se um valor social e ético, como proteção legal e política, sendo a intervenção do Estado necessária, através de orientações políticas e de ações afirmativas.

A educação é o pilar fundamental para a criação de um estado democrático e próspero, pautado pela igualdade, liberdade e fraternidade/sororidade.

Algumas referências à educação superior no Brasil: o caso do turismo

Apesar de o turismo representar as relações de poder⁴, o contexto da hegemonia⁵ da mundialização⁶ e a ideologia do progresso adotado pelo Estado e suas políticas públicas, é um fenômeno social complexo, que vai além dos enfoques economicistas dos mercados. Trata-se de inter-relações dinâmicas entre sujeitos, turistas e moradores, tempo, espaço, símbolos compartilhados, motivações, subjetividades, infraestruturas e sociedade.

Isso impacta os núcleos receptores que o desenvolvem de forma negativa, quando insistem em promover as diversidades de seus atrativos culturais e naturais muitas vezes com a ideia de que tudo é possível, tudo é permitido. Um dos principais estudiosos dos impactos do turismo, Krippendorf (1989), cita que geralmente os dois impactos, positivo e negativo, estão presentes em qualquer local que atraia fluxos turísticos. O ganho está em analisar constantemente se há mais custos ou benefícios à população local e ao seu entorno.

Uma das questões principais deste fenômeno social se refere à dicotomia, divulgação *versus* preservação, que, muitas vezes, é contrária aos princípios da sustentabilidade. Este é um dos desafios do turismo, os quais repercutem em todos os envolvidos: territórios, recursos naturais e culturais, políticas públicas de turismo, empresas, profissionais da área, Bacharéis em Turismo ou Turismólogos (as), população local e turistas.

Tal complexidade também se estende à prática profissional dos (as) Bacharéis em Turismo e suas atuações profissionais. Porém, o que geralmente prevalece é a perspectiva do mercado e não a integral, que analisa o turismo dentro de limites e consequências para a sociedade (apesar de serem registrados nas políticas públicas de turismo alguns discursos em direção à sustentabilidade).

O aumento do número de visitantes em nível mundial pós-II Mundial estimulou o interesse pelo turismo em função de seu apelo econômico. O paradigma de indústria justificou sobremaneira o interesse do merca-

do e das políticas públicas a respeito desse fenômeno social. Em consequência disto, diversos cursos de níveis técnicos e superiores surgiram nos Estados Unidos e Europa (REIJOWSKI, 1996).

No Brasil, a atenção técnica foi tardia em comparação à Europa e aos Estados Unidos. O processo ocorreu no período militar, com a implantação, em 1966, da EMBRATUR, atualmente Instituto Brasileiro de Turismo. Esta ação estabeleceu as primeiras iniciativas públicas relativas ao desenvolvimento do turismo no país, com enfoque nas políticas mercantilistas que representavam as ideologias da época, presentes em toda a estrutura política e burocrática de Estado. Apesar disto, os cursos superiores começaram em 1971, com a criação do primeiro curso com habilitação única em turismo, Faculdade de Turismo do Aneambi-Morumbi, em São Paulo (REIJOWSKI, 1996).

A partir da década de 1980, o fenômeno turístico no Brasil cresceu devido ao seu contexto histórico, como a democratização e abertura econômica do país, influenciando no aumento dos cursos superiores de turismo, sobretudo nas instituições privadas de ensino, que ensinavam o turismo preferencialmente partindo do paradigma de que turismo é indústria.

Desta forma, pode-se notar que o histórico da educação superior em turismo e de outras modalidades de ensino na área teve forte presença de interesses mercantilistas, expressados nas políticas de educação e de turismo e nas estratégias de divulgação turística.

A academia tem demonstrado esforços para transcender essas marcas históricas no ensino do turismo no Brasil. O aumento de estudos, pesquisas e publicações em turismo têm mostrado novas reflexões epistemológicas e formado comunidades científicas em nível nacional e internacional.

Tais discursos influenciam a construção epistemológica do turismo e ao mesmo tempo são influenciados pelas novas pesquisas em turismo, principalmente no que concerne ao paradigma de turismo, que ora é indústria, setor, atividade, sistema e ora fenômeno social. Atualmente, a perspectiva reducionista de indústria é a menos registra-

da nos discursos acadêmicos, o que demonstra certa concordância de que turismo passa a ser adotado como um estudo complexo, ou seja como fenômeno social.

No campo da educação, o turismo é considerado um estudo complexo e multidisciplinar, no qual diferentes áreas do saber o investigam, como a sociologia, geografia, antropologia, economia, entre outras.

Outra observação relevante relativa à educação pode ser dividida em duas fases: expansão e redução do número de cursos superiores de turismo ofertados no Brasil. Essas fases acompanham o entorno econômico mundial, como as mudanças no mundo do trabalho, precarização do trabalho e instabilidade do emprego. No que concerne aos Bacharéis em Turismo, deve-se mencionar ainda as características da formação acadêmica deles, tais como: formação multidisciplinar para uma prática profissional diversificada, diferenças entre formação acadêmica e mercado de trabalho, não existência de reserva de mercado profissional e a não regularização da profissão⁷, Aspectos que influenciam a construção de sua identidade profissional.

O mercado de atuação profissional acompanha tal multidisciplinaridade. Podem-se encontrar Bacharéis em Turismo trabalhando em diferentes áreas de atuação, como: gastronomia, agências de viagens, lazer e entretenimento, meios de hospedagem e hospitalidade, eventos, órgãos públicos, educação, organismos não-governamentais (ONG's), guia de turismo, consultorias e especialistas em segmentos de mercado turístico.

Conclusão

Tendo em conta o exposto, parece-nos importante sublinhar o contributo dos movimentos feministas para a participação política em dois eixos. Em Portugal, as lutas feministas até meado dos anos de 1980 e na dé-

cada de 90 centravam-se principalmente na área da educação informal, na igualdade de oportunidades e na sub-representação das mulheres nas instâncias de maior responsabilidade de decisão na esfera pública e da reprodução de uma ordem social desigual e discriminatória para as mulheres.

Atualmente, outras questões se colocam: de um lado a luta da igualdade em todas as esferas da vida social, portanto também na política pública, e de outro a extensão do conceito político tradicional, equacionando a sua articulação com a esfera do privado e a distribuição mais equilibrada das responsabilidades domésticas e do cuidar entre homens e mulheres. Neste aspecto, a educação é de importância crucial no sentido de inverter a reprodução da igualdade de gênero e trabalhar com a população discente a construção de representações sociais que assentam em práticas mais equilibradas entre homens e mulheres.

Vivemos momentos paradoxais, por um lado, os grandes avanços tecnológicos e científicos, mas simultaneamente momentos bastante regressivos, com ausência de políticas e representações sobre o bem-estar coletivo, assim como novas vulnerabilidades, colocando novos desafios para pensar as políticas de igualdade, não apenas nas questões de gênero, mas tendo em conta, simultaneamente, as diferenças entre mulheres em termos de classe, etnia, orientação sexual e incapacidade física ou mental.

Assim, uma educação inclusiva que integre a perspectiva da igualdade de gênero tem de equacionar as condições sociais da agência política das mulheres, tendo em conta as condições sociais da sua participação. A área educacional, nas suas diferentes dimensões, de investigação e de ação, e nas suas diversas formas, escolar, família e informal, revela-se como crucial para contribuir para o alargamento das representações e conceções sobre política e cidadania e para a mudança das práticas sociais no sentido de uma maior igualdade de gênero.

Notas

1 Objetivo 2015 – Campanha do Milénio das Nações Unidas em <http://www.objetivo2015.org/index.shtm> A ONU conta em 2009 com 192 Estados-membros.

2 Lei de Bases do Sistema Educativo, Leinº49/2005 de 30 de Agosto DIÁRIO DA REPÚBLICA — I SÉRIE-A 5125 <http://dre.pt/pdf1sdip/2005/08/166A00/51225138.pdf>

3 Seminário sobre Educação para a Cidadania na FPCEUP.

4 Apple (1986, *apud* Guillermo) afirma que o poder e a política implicam qualquer esfera de atividade e todos os aspectos que tratam do sistema de recompensas; e o conflito de poderes sempre se dão as disputas ideológicas. Apple, M. “Sobre e *lanálisis de laideología*”. In *Recopilación de Lecturas (Unidad II)*, Doutorado Latinoamericano em Educação, Universidade da Costa Rica, 2006.

5 A terminologia hegemonia está empregada para ratificar o tipo de turismo vivenciado no Brasil e em outros países. Para isto, se utiliza Gramsci (*apud* por Guillermo, 2005) que considera que a hegemonia tem direção espiritual e cultural. Abarca todo o conjunto das relações ideológico-culturais. Diz que a hegemonia é a expressão do domínio das classes dirigentes por meio da coerção e do consenso pela transmissão de valores sobre a visão de mundo compartilhados pela sociedade. Miranda, G. In “*Gramsci y el proceso hegemónico educativo*”. Revista Educare, vol. IX, 2005.

6 Soler faz distinções entre os conceitos de globalização e mundialização, apesar de muitas vezes serem usados como sinônimos. Para ele, a globalização está relacionada ao mercado financeiro, enquanto que o conceito de mundialização é mais amplo. Está influenciado pela história, como o desenvolvimento dos intercâmbios e da divisão mundial do trabalho, por um lado, e a globalização financeira, por outro. Em segundo lugar, coloca em questão o Estado-nação que se mostraria impotente ante aos fluxos que não pode controlar e, por último, uma mundialização da comunicação que influencia a formação de uma cultura mundial global. Soler, F. *Mundialización, globalización y sistema capitalista*. Revista de Filosofía, 2001. Disponível em: <<http://www.rcci.net/globalizacion/2001/fg155.htm>>. Acesso em: 10/07/2013.

7 Segundo Silva, em 2008, o Senado e a Câmara Federal aprovaram o projeto de Lei da Câmara dos Deputados (PLC 24/2005), que regulamenta a profissão Turismólogo (ou Bacharel em Turismo). O projeto de lei considera como turismólogo todo aquele profissional que tem curso superior em Turismo ou que vem exercendo a profissão de maneira ininterrupta há pelo menos 12 meses até a publicação da referida lei. Cabe ressaltar que, até o presente momento, o mesmo não foi homologado pela Presidência da República. Disponível

em: www.faminasbh.edu.br/parlatorium/baixar.php?id=353. Acesso em: 10/06/2014.

Bibliografia

ARAÚJO, Helena C.(2005). Cidadania na sua polifonia – debates nos estudos feministas de educação. Aula de síntese, Provas de Agregação, FPCEUP.

ARAÚJO, Helena C.(2002a) Há já lugar para algum mapeamento nos estudos sobre Género e Educação em Portugal? Uma tentativa exploratória in investigar em educação. Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, pp.101-145.

APPLE, M (2006).“Sobre el análisis de la ideología”. Em Miranda, G. *Recopilación de Lecturas (Unidad II)*, Doutorado Latinoamericano em Educação, Universidade da Costa Rica.

ARNOT, Madeleine e Dillabough, Jo-Anne(2002) Reformular os Debates Educacionais sobre a Cidadania, Agência e Identidade das Mulheres, ex aequo,7 pp.45

NUNES, Maria Teresa Alvarez (2009) O Feminino e o Masculino nos Materiais Pedagógicos – (in)Visibilidades e (des)Equilíbrios. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Lisboa

PATEMAN, Carol (2003) O contrato sexual: O Fim da História? In ex aequo, 7 Oeiras pp. 31-43

PINTO, Teresa (2009) Guião de Educação, Género e Cidadania. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. Lisboa

SAAVEDRA, Luisa(2001) Discursos da Igualdade/omissão: análise de Legislação sobre os sexos na educação, in Revista Portuguesa de Educação, 14(1), pp. 263-285

TRIGUEIROS, Teresa et. Al(1998) Identidade e Género na Prática Educativa, cadernos Coeducação, Lisboa: CIDM

III Plano Nacional para a Igualdade de Género 2007-2010. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. Lisboa

V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, 2014-2017. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. Lisboa

Nº 166 — 30 de Agosto de 2005 DIÁRIO DA REPÚBLICA — I SÉRIE-A 5125.

KRIPPENDORF, J (1989). Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e *das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A.Miranda, G (2005). Em “Gramsci y el proceso hegemónico educativo”. Revista Educare (IX)5.

REIJOWSKI, M(1996). Turismo e Pesquisa Científica Campinas: Papirus

SILVA, M. Perspectivas de atuação do bacharel em turismo em empresas não turísticas: um olhar sobre a situação do turismólogo em Belo Horizonte, Minas Gerais. Disponível em: www.faminasbh.edu.br/parlatorium/baixar.php?id=353. Acesso em: 10/06/2014.

Recebido em: 02/02/2014

Aceito em: 15/03/2014

Publicado em: 30/04/2014